



## Cenário da Criação dos Cursos de Formação de Professores Indígenas no Estado de São Paulo: um trabalho em História da Educação Matemática

### Scenario of the Creation of Courses for Indigenous Teachers in the State of São Paulo: a work in History of Mathematics Education

*Karina Aparecida da Silva<sup>1</sup>*  
*Maria Ednéia Martins-Salandim<sup>2</sup>*

#### Resumo

Neste artigo apresentamos algumas considerações acerca do processo de criação dos primeiros cursos de formação de professores indígenas no estado de São Paulo. Os dois primeiros cursos dessa natureza foram oferecidos pela Faculdade de Educação da USP em parceria com a Secretaria de Educação do Estado (SEE-SP): o Magistério Indígena Novo Tempo (MagIND), oferecido entre 2002 e 2003; e o curso de Formação Intercultural Superior do Professor Indígena (Fispi), oferecido entre 2005 e 2008. Além disso, em 2014, a Universidade Estadual Paulista (Unesp) ganhou o processo de licitação da SEE-SP para o oferecimento de um novo Curso Intercultural Indígena, porém este não chegou a ser implementado. Tais percepções nos foram possíveis, principalmente, a partir de cinco narrativas, constituídas segundo o referencial da História Oral, com representantes da SEE, lideranças indígenas e professores envolvidos nesse processo, que nos ajudaram a compreender quais foram e de quem eram as demandas para a criação desses cursos.

**Palavras-chave:** Formação Inicial de Professores Indígenas; Educação Indígena; Estado de São Paulo; História da Educação Matemática.

#### Introdução

Este artigo surge a partir de considerações que temos realizado para uma pesquisa de mestrado, em andamento no Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência, da Unesp, câmpus de Bauru – SP. O objetivo dessa pesquisa é constituir uma versão histórica do processo de criação dos primeiros

<sup>1</sup> Mestranda em Educação para a Ciência pela Universidade Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Unesp, Campus Bauru, Brasil, karynasilva12.ks@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Educação Matemática pela Universidade Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Unesp, Campus Rio Claro. Professora do Departamento de Matemática da Universidade Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Unesp, Campus Bauru, Bauru, maria.edneia@unesp.br.

curso de formação de professores indígenas no estado de São Paulo. Os dois primeiros cursos dessa natureza foram oferecidos pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE-USP), mais especificamente pelo Grupo de Estudo e Pesquisa em Etnomatemática (GEPEM), em parceria com a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE-SP): o Magistério Indígena Novo Tempo (MagIND) -, oferecido no período de 2002 a 2003; e o curso de Formação Intercultural Superior do Professor Indígena (Fispi) -, oferecido no período de 2005 a 2008. Além disso, em 2014, a Universidade Estadual Paulista (Unesp) ganhou o processo de licitação da SEE-SP para o oferecimento de um novo Curso de Pedagogia Intercultural Indígena, porém este curso não chegou a ser implementado. Essas movimentações para criação desses primeiros cursos paulistas acontecem dentro de um cenário de legislações sobre a educação indígena e de problematizações sobre cultura e diversidade. Buscamos, a partir da constituição de cinco narrativas, segundo o referencial teórico-metodológico da História Oral, com representantes da SEE-SP, lideranças indígenas e professores envolvidos nesse processo, compreender quais foram e de quem eram as demandas para a criação do MagIND, do Fispi, e do Curso de Pedagogia Intercultural Indígena, que seria oferecido pela Unesp, e como foi o processo de elaboração dos projetos desses cursos.

Por volta de 1996, a Secretaria de Estado da Educação (SEE-SP) deu início a uma política de Educação Indígena no estado de São Paulo. Entre 2002 e 2003, em parceria com a Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), essa Secretaria promoveu o curso de formação em serviço de professores indígenas, o Magistério Indígena Novo Tempo (MagIND). O curso formou 61 professores indígenas, de cinco etnias distintas – Kaingang, Terena, Guarani, Tupi-guarani e Krenak -, habilitando-os para lecionar na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Dando continuidade à iniciativa anterior, entre os anos de 2005 e 2008 foi realizado o primeiro curso de Formação Intercultural Superior de Professores Indígenas (Fispi) no Estado. O Fispi formou 82 professores indígenas, habilitando-os para a docência nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental. Em 2013, a Universidade Estadual Paulista (Unesp) venceu o processo de uma licitação da SEE-SP para o oferecimento do Curso de Licenciatura Plena Intercultural em Pedagogia para Educadores Indígenas, que atenderia 257 educadores indígenas das cinco etnias presentes em terras indígenas no estado de São Paulo, porém esse curso não chegou a ser implementado.

Visando produzir dados para essa pesquisa entrevistamos cinco pessoas que participaram do processo de criação desses cursos. Nosso acesso aos possíveis nomes de entrevistados deu-se tanto a partir de documentos disponibilizados no site da SEE-SP (<http://www.educacao.sp.gov.br/>), na bibliografia consultada, quanto pelo critério de rede (quando uma pessoa indica ao pesquisador o nome de possíveis depoentes ou um depoente vai indicando outros).

Nossos contatos iniciais foram via e-mail, telefone ou redes sociais, momentos nos quais explicitamos nossos objetivos e procedimentos de pesquisa. Das seis pessoas contatadas, cinco se colocaram à nossa disposição para a entrevista: Cláudia Georgia Sabba, que à época cursava doutorado na FE-USP, sob orientação do professor Ubiratan D'Ambrósio, e que participou ativamente na elaboração dos projetos e durante o oferecimento do MagIND e do Fispi; Adriano César Rodrigues Campos, representante indígena no Núcleo Educacional Indígena

(NEI) e que frequentou os dois cursos; Mauro Cherobim, antropólogo do NEI que foi convidado a participar da elaboração das ementas de um projeto piloto para a formação de professores indígenas; Deusdith Bueno Velloso, ex-assessora da SEE-SP, e que após a criação do NEI, em 1997, atuou como sua coordenadora até o ano de 2011, e Vitor Machado, professor da Unesp, que participou da elaboração do projeto do Curso de Pedagogia Intercultural Indígena, em 2014, visando dar continuidade às formações anteriores, mas que não chegou a ser implementado.

## **Sobre a educação escolar indígena no Brasil: cenários e apontamentos**

Mesmo entendendo que se trata de um complexo processo histórico, e que ao buscarmos uma delimitação ou classificação podemos acabar por simplificá-lo demasiadamente, encontramos em Ferreira (2001) uma classificação interessante acerca do processo de escolarização dos povos indígenas no Brasil. A autora divide a história da educação escolar junto a esses povos em quatro fases: a primeira, e mais extensa, marcada pela atuação de missionários católicos, especialmente os jesuítas; a segunda marcada pela criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), em 1910, a qual estende-se até a sua substituição pela Fundação Nacional do Índio (Funai), instituição que, associada à americana Summer Institute of Linguistics (SIL), encarregava-se da educação dos indígenas nessa época; a terceira caracterizada pelo surgimento de Organizações Não Governamentais (ONGs), entre as décadas de 1960 e 1970; e a quarta e última fase, a partir dos anos 1980, é delineada pela reivindicação da autogestão dos processos educacionais pelo próprios povos indígenas. Nessa última fase os indígenas organizaram-se e passaram a exigir políticas públicas que lhes garantissem uma educação diferenciada e específica. Segundo a autora, a educação escolar passou a ser um instrumento de luta para os povos indígenas e, atualmente respaldada por inúmeras legislações, é encarada como um direito à cidadania.

Esse histórico da educação indígena no Brasil é importante tanto para conhecê-lo quanto percebermos como essa educação tem sido pensada e praticada. Uma distinção importante, nesse cenário, é entre Educação Indígena, Educação para o Indígena e Educação Escolar Indígena. Primeiramente, quando nos referimos a Educação Indígena, falamos sobre os processos educativos tradicionais de cada povo, normalmente transmitidos para as crianças de forma oral. A Educação Indígena é um processo que acontece em todas as dimensões da vida social, não se limitando a um único lugar ou ainda a um único tempo. Esses conhecimentos eram suficientes para suprir as necessidades desses povos até o contato com o não indígena. Após os primeiros contatos, a organização escolar tornou-se constante na vida dessas crianças indígenas. A Educação para o Indígena e a Educação Escolar Indígena, vertentes construídas historicamente, distinguem-se enquanto papel da escola para esses povos: a escola enquanto imposição e a escola enquanto reivindicação. A classificação entre educação imposta e educação reivindicada, proposta por Grupioni (2006), pode nos ajudar nessa tarefa. Do contato com o não indígena, e da imposição de uma educação que visava à integração a comunidade nacional, é que surgiu a Educação para o Indígena. A partir de 1970, com a mobilização de algumas comunidades indígenas e de ONGs, os próprios indígenas começaram a reivindicar a educação escolar, vendo-a como uma importante ferramenta de sobrevivência e resistência.

## **Cenários para criação dos cursos de formação de professores indígenas: tematizando os três primeiros cursos no estado de São Paulo**

Apresentaremos agora, como entendemos, a partir de nosso referencial teórico, e principalmente de nossas entrevistas, quais as reivindicações que resultaram na criação (ou não) de cada curso, e como ocorreram as negociações para elaboração dos projetos desses cursos. Mesmo o desenvolvimento dos cursos não sendo objeto específico de nossa pesquisa, entendemos que, e por isso apontamos no decorrer do trabalho questões sobre isso, as relações que se estabeleceram durante o oferecimento dos dois primeiros cursos (MagIND e Fispi) geraram reivindicações para a criação dos seus sucessores (Fispi e o Curso de Licenciatura Intercultural Indígena que seria oferecido pela Unesp).

O documento A Escola de Cara Nova – Educação Indígena (Secretaria da Educação, 2001), publicado pela SEE-SP, aponta os primeiros passos de uma política de Educação Indígena no estado de São Paulo, iniciada no ano de 1996. Segundo o documento, em 1996, lideranças indígenas solicitaram escolas em suas comunidades à Secretaria da Educação do estado de São Paulo. O início dessa política educacional indígena contou com três ações principais: criação de um núcleo para articular as propostas da Secretaria da Educação com as comunidades indígenas, um levantamento da população indígena no Estado e um diagnóstico da educação que essas crianças estavam recebendo (Secretaria da Educação, 2001). Sendo assim, o Núcleo de Educação Indígena de São Paulo (NEI), foi criado em 1997, por meio da Resolução SE-44, com o objetivo de “coordenar, apoiar e assessorar as ações voltadas à política da educação escolar indígena, [além de] coordenar e avaliar a implementação da proposta desencadeada pelas diferentes instituições envolvidas” (Secretaria da Educação, 1997, n.p.). Segundo o documento Educação indígena em São Paulo: encontro de professores índios e não-índios (Secretaria da Educação, 1999), a primeira ação do NEI foi o mapeamento das aldeias e de suas demandas. Esse mapeamento apontou a existência de 17 aldeias no Estado, com população de aproximadamente 3.000 indígenas, e desses, apenas 400 frequentavam escolas da rede oficial de ensino. O documento ainda apontou que 98% das crianças indígenas que frequentavam escolas em território indígena não alcançavam a 4ª série do Ensino Fundamental, e que dos 13 professores que atuavam nessas escolas, apenas três eram indígenas, possuindo somente o 1º Grau incompleto (Secretaria da Educação, 1999). Antes da contratação de professores indígenas para ministrar as aulas nas escolas das aldeias, professores não indígenas eram responsáveis pela educação das crianças.

Após a criação do NEI, e da constituição desse mapeamento, a Secretaria da Educação passou mais de dois anos em discussão com as lideranças indígenas, no sentido de compreender as demandas educacionais dessas comunidades. Ainda segundo o documento A Escola de Cara Nova – Educação Indígena (Secretaria da Educação, 2001), o diagnóstico realizado pela SEE-SP apontou quatro ações que deveriam ser implementadas para a realização de um programa de apoio à educação indígena no estado de São Paulo. Essas ações seriam: construção e reformas de escolas indígenas dentro das aldeias; oferecimento de cursos de formação de professores indígenas; elaboração de material didático e pedagógico específico; e avaliação de desempenho dos alunos indígenas, através do Sistema

de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp). Sobre os cursos de formação, o documento apontou que, no ano de 1999, a SEE-SP realizou uma consulta ao Conselho Estadual de Educação (CEE) a respeito da possibilidade de contratação e formação em serviço, de professores indígenas leigos. Em resposta à consulta da SEE-SP, o CEE emitiu o Parecer CEE nº 124/00, através do qual é concedida autorização para que “as redes públicas [...] [possam], em caráter excepcional, contratar professores índios leigos para lecionar em classes de educação indígena” (Secretaria da Educação, 2000a, p.3). Foi nesse momento que os professores indígenas, mesmo sendo “leigos”, passaram a ser contratados pelo Governo, e a receber salários, o que gerou desconforto dentro das comunidades.

*MagIND: a primeira iniciativa para a formação de professores indígenas no estado de São Paulo*

Em 2000, a Secretaria formulou uma Proposta de Programa Especial de Formação em Serviço de Professor Índio para o Ciclo I do Ensino Fundamental encaminhada ao CEE (Parecer CEE nº 419/00). A SEE-SP ainda afirmou que a demanda indígena da época vinha sendo atendida em classes vinculadas a determinadas unidades escolares; e sendo assim, professores não indígenas estavam exercendo essa função e que, o aprendizado da língua materna assegurava-se apenas pela “dedicação e doação de um serviço gratuito de representantes das aldeias” (Secretaria da Educação, 2000b, p. 2).

A Secretaria da Educação, no ano de 2001, abriu uma licitação para o oferecimento de um curso de Magistério Indígena, em nível médio. A Faculdade de Educação da USP saiu vitoriosa desse processo de licitação, e mais especificamente, o Grupo de Estudo e Pesquisa em Etnomatemática (GEPEm) foi o responsável por implementar o Curso. Como os alunos desse curso, o MagIND, seriam certificados pela Secretaria da Educação e pelo Conselho Estadual de Educação, apesar de várias reuniões no NEI, com representantes da SEE-SP e com os indígenas, os professores da USP pouco tiveram autonomia para modificar a estrutura curricular do projeto do curso, o que gerou embates dentro da Universidade que teria que aprovar um curso que não o conduziu de acordo com seus ideais. Encontramos esse descontentamento dos professores da USP em vários momentos.

Através das reuniões do NEI, ficou decidido que para participar do curso o professor indígena deveria ser indicado pelos representantes das aldeias, além de ter conhecimentos na sua língua materna e em português, visto que a produção de material didático específico era um dos objetivos do MagIND.

As aulas do MagIND aconteciam durante duas semanas por mês nos Centros Específicos de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (Cefam) de Bauru, Guarujá e do Bairro do Tucuruvi, na Capital. Durante o curso, os professores indígenas hospedavam-se em hotéis, e toda a alimentação, transporte, funcionários e pagamentos dos professores, foram financiados pela Secretaria da Educação, que disponibilizou a verba à USP, após elaboração do orçamento do Curso.

Para participar da Etapa de Estudos Básicos, como já afirmamos, o professor indígena deveria ser indicado pelos representantes das comunidades e possuir domínio da Língua Portuguesa e da sua língua materna. No final dessa etapa, os alunos obteriam a certificação de Orientador de Ensino Indígena de Educação Infantil e das quatro séries iniciais do Ensino Fundamental I. Para participar da

Etapa de Estudos Específico, os indígenas deveriam apresentar os mesmos requisitos da etapa anterior, e possuir o certificado de Orientador de Ensino Indígena ou apresentar o Certificado de Conclusão do Ensino Fundamental ou Médio. Todos os indígenas que concluíram essa etapa receberiam um diploma do Ensino Médio e um certificado de Professor de Educação Indígena de Educação Infantil e das quatro séries iniciais do Ensino Fundamental I. O desmembramento em duas etapas do MagIND foi necessário, porque - como apresentado no levantamento realizado pelo NEI, em 1997, 98% das crianças que iam à escola, não passavam do 3º ano do Ensino Fundamental - a SEE-SP não encontrou 60 indígenas com o Ensino Fundamental completo. Esses professores não possuíam nenhuma certificação oficial de formação até a 8ª série, e por isso a SEE-SP realizou um aproveitamento de estudos, para oferecer essa formação, e assim oferecer o Magistério nível Médio para esses professores.

Então, entre 2002 e 2003, em parceria com a FE-USP, a Secretaria promoveu o Magistério Indígena (MagIND), curso que formou 61 professores indígenas indicados pelas duas comunidades, de cinco etnias distintas – Kaingang, Terena, Guarani, Tupi-guarani e Krenak -, habilitando-os para lecionar na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

#### *Fispi: uma segunda tentativa*

No ano de 2003, houve um novo avanço para as escolas indígenas do estado de São Paulo. O Decreto nº 47.779 dispôs sobre a tipologia das escolas da rede estadual de ensino, definindo os princípios de autonomia e reafirmando suas propostas de interculturalidade e de diversidade, e a Deliberação CEE nº 35, deste mesmo ano, estabeleceu normas para criação, regulamentação, autorização e reconhecimento das escolas indígenas (Secretaria da Educação, 2003). A partir desse momento, todas as escolas indígenas são reconhecidas legalmente pelo Estado, e os professores indígenas passam a ter um importante papel nesse processo, uma vez que, remunerados pelo Estado, e trabalhando na rede estadual de ensino, eles devem responder as exigências burocráticas desse sistema. Deve-se a isto a vasta carga horária destinada a conhecimentos específicos relacionados à gestão escolar.

Ao terminar o MagIND, os professores da USP, sabendo das intenções da SEE-SP em realizar um novo curso de formação, agora em nível superior, continuaram em contato com os indígenas e começaram a elaborar um projeto para um curso de formação de professores indígenas em uma perspectiva intercultural. Foram quase dois anos mantendo esse vínculo até um novo processo de licitação aberto pela Secretaria da Educação. Como esse curso seria certificado pela Faculdade de Educação, o Projeto foi aprovado pelo Conselho da USP, e seguiam as concepções do Grupo de Estudo e Pesquisa em Etnomatemática (GPEM), que dessa vez, geriu e implementou o curso de Formação Intercultural Superior de Professores Indígenas, o Fispi. Nossos depoentes afirmaram que durante dois anos houve várias reuniões com os representantes da Secretaria da Educação, com os professores da USP e com os indígenas, e que a USP tentou atender todas as reivindicações dos envolvidos nesse processo.

Segundo nossos depoentes, para participar do Fispi, os professores deveriam ter formação pelo MagIND ou ter concluído o Ensino Médio na rede escolar não indígena. A Faculdade de Educação participou novamente de um processo de

licitação, concorrendo com a Unesp e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), e venceu novamente. Como parte dos alunos indígenas para esse curso já tinha participado do MagIND, o processo de organização de documentação, de levantamento de dados e o Projeto do Curso já estava elaborado e organizado pela FE-USP, sendo ela a com maior *Know-how* dentre as universidades que concorreram. As aulas do Fispí aconteciam todo mês na Faculdade de Educação da USP, e duravam uma semana.

O Parecer CEE nº 157/2007 apontou que o Programa de Formação Universitária do Professor Indígena para Educação Infantil e Séries Iniciais (1ª a 4ª) do Ensino Fundamental foi aprovado, em 2004, em Reunião Extraordinária da Faculdade de Educação (65ª Reunião Extraordinária, referente ao Proc. 2004.1.1761.1.9). Quanto à carga horária do projeto, o documento apontou que seriam 3470 horas, sendo 1920 horas presenciais e 1550 horas não presenciais. O Fispí, oferecido entre maio de 2005 e abril de 2008, formou, em nível superior, 82 professores indígenas das etnias Kaingang, Krenak, Terena, Tupi-Guarani e Guarani, que, em sua maioria, atuavam nas escolas das 28 aldeias do Estado de São Paulo.

O objetivo desse Curso, conforme o mesmo Parecer, seria assegurar a formação universitária aos professores indígenas do Estado de São Paulo – “no sentido de que a escola indígena se fortaleça como um espaço culturalmente situado, ao mesmo tempo em que se constitua intercultural e bilíngue” (Secretaria da Educação, 2007, p. 3), e que para isso diversos momentos e espaços seriam utilizados durante a realização do curso.

Durante o curso várias atividades foram realizadas visando à interação da cultura indígena com a cultura dos não indígenas. O intuito desse curso, segundo seus idealizadores, era que esses professores indígenas resgassem e valorizassem a sua cultura, mas que também pudessem conhecer outras culturas, inclusive, de outras etnias.

Após analisar o pedido de reconhecimento do Curso, o CEE manifestou-se favoravelmente ao reconhecimento do curso Fispí da Faculdade de Educação da USP, em cinco tópicos: em relação ao mérito da FE-USP, por ter ganhado a licitação do curso, concorrendo com outras Instituições de Ensino Superior, ao Projeto ter sido aprovado pelas instâncias competentes no âmbito da Universidade de São Paulo e pelo atendimento a 82 alunos de diversas etnias e aldeias do Estado de São Paulo; em relação à organização didático-pedagógica, pela excelente Coordenação e organização acadêmica; em relação ao Projeto Pedagógico, por seguir as diretrizes nacionais de um curso de pedagogia, com uma carga horária de 3470 horas e apresentar eixos teóricos, mas também, por incluir uma parte específica relacionada aos “aspectos culturais da população alvo, respeitando suas origens, ressaltando-se aqui o trabalho de resgate de aspectos linguísticos desta população” (Secretaria da Educação, 2007, p. 5); ao corpo docente por possuir, em sua maioria, titulação adequada e experiência no ensino superior e da Educação Fundamental, e principalmente pela integração no grupo de professores e conhecimento por parte dos mesmos do Projeto Pedagógico do Curso e do Projeto Executivo. Por fim, o CEE “aprovou o pedido de Reconhecimento do Programa de Formação Universitária do Professor Indígena para Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental – Fupí, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo-USP, pelo prazo de três anos” (p. 6).

Após o oferecimento do Fispi, os professores da USP ainda mantiveram contato com os alunos por dois anos, acompanhando-os em suas atividades nas escolas das comunidades. Após esse período, e da possibilidade de um novo curso de formação de professores indígenas, esses professores optaram por não apresentar uma proposta, entendendo que a USP já havia feito o seu papel, e que a partir desse momento, outras Universidades deveriam ter essa experiência.

#### *Licenciatura Intercultura Indígena na Unesp: um curso não implementado*

Após cinco anos do fim desse curso, a demanda por um novo curso de formação de professores era evidente. Então, em 2013, a Secretaria da Educação do estado de São Paulo convidou instituições de ensino superior do Estado a participar do processo de licitação do Curso de Licenciatura Plena Intercultural em Pedagogia para Educadores Indígenas que atuavam ou atuariam na modalidade Educação Escolar Indígena na Rede Pública de Ensino (Secretaria da Educação, 2014). Segundo nosso depoente, a Unesp foi contratada para desenvolver e implementar o Curso via licitação, processo do qual a Universidade Paulista (Unip) também participou. Os interessados deveriam apresentar uma Proposta Orçamentária, de acordo com o Projeto Base, disponibilizada pela SEE-SP.

Segundo o Projeto Base, entre os objetivos desse novo Curso, deveria prevalecer o de assegurar a educação intercultural de qualidade em todas as escolas das comunidades indígenas do Estado de São Paulo, por meio da garantia de formação inicial “em nível superior em Pedagogia, aos cursistas das comunidades pertencentes aos grupos – Guarani, Tupi-Guarani, Krenak, Kaingang, e Terena – para atuação na Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, prioritariamente, e para a Gestão Escolar” (Secretaria da Educação, 2014, p. 10).

O, até então nomeado, Curso de Licenciatura Plena Intercultural em Pedagogia habilitaria os concluintes para a atuação na Educação Infantil, nas séries iniciais do Ensino Fundamental e na área de Gestão escolar, conforme objetivo apresentado no Projeto Base, disponibilizado pela SEE-SP. Percebemos que a atuação nas demais escolas do sistema estadual de ensino, ou até mesmo em outras instituições, e não apenas nas escolas de suas comunidades, era algo caro aos idealizadores universitários desse Projeto. Parece-nos que as discussões ocorridas nas demais instâncias, seja nos Órgãos Colegiados da Unesp, ou na própria Secretaria da Educação, estariam embasadas na justificativa de que, pouco provavelmente, esses indígenas gostariam de se envolver no “burocrático” sistema do não indígena. Mas, o nosso depoente Vitor alerta-nos quanto aos prováveis motivos dessa resistência: *nós sabemos que a sociedade não quer o índio dando aula, os pais não querem o índio dando aula para seus filhos, percebe? E o estado ecoa essa voz.*

Para nortear o Projeto desse Curso foram realizados encontros e visitas às aldeias e às suas escolas, com o objetivo de consultar as demandas e as principais reivindicações dos professores que seriam beneficiados com a implementação do curso de Pedagogia. A partir dessa consulta, realizada pela Comissão Organizadora da Unesp, constatou-se que esses professores, considerando os dias letivos nas Escolas Indígenas nas aldeias, optaram pela concentração das aulas nas sextas-feiras nos períodos da noite e no sábado no período integral. Para o cumprimento da carga horária total do Curso, em três anos, a viabilidade dessa proposta seria estudada, mas isso não chegou a ocorrer, dada a desistência da Secretaria da

Educação em seguir com esse novo Projeto de Formação. Outra reivindicação desses professores dizia respeito, mais particularmente, ao que esperavam aprender (utilização de equipamentos tecnológicos e, principalmente, disciplinas sobre suas línguas maternas), e como esperavam aprender (com a presença de lideranças indígenas de sua própria etnia).

Como requisitos para realizar o curso, ficaram estabelecidos: o pertencimento a comunidade indígena e o Ensino Médio concluído. Aqueles professores que possuíssem formação superior também poderiam realizar o curso, desde que esta formação fosse diferente de uma formação em Pedagogia Intercultural Indígena.

O Projeto Base ainda aponta que participariam desse Curso 257 indígenas, sendo 142 professores já atuantes e outros indicados pelas comunidades, para atuar nas escolas indígenas existentes e nas que vierem a ser criadas nas aldeias do Estado de São Paulo. Como requisitos para realizar o curso, ficaram estabelecidos: o pertencimento a comunidade indígena e o Ensino Médio concluído. Aqueles professores que possuíssem formação superior também poderiam realizar o curso, desde que esta formação fosse diferente de uma formação em Pedagogia Intercultural Indígena (Secretaria da Educação, 2014). O documento ainda aponta que nas 35 Escolas Estaduais Indígenas havia, aproximadamente, 117 professores indígenas com certificação superior (destes, 79 formados pelo Fisp), ou seja, os demais, em torno de 115 professores atuavam com formação em nível médio, em caráter excepcional, com autorização da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, e aguardavam formação em nível superior (Secretaria da Educação, 2014). Vimos através de um de nossos depoentes, a situação dos professores da Escola Indígena Índia Maria Rosa na Terra Indígena Icatu: dos sete professores que lecionam na escola, quatro têm os cursos de formação, os demais possuem apenas o ensino médio completo.

Como um de nossos depoentes afirmou, o curso deveria ter início em 2015 e encerramento em 2017. A carga horária deveria obedecer à legislação vigente para cursos de habilitação em Pedagogia, sendo desenvolvida no prazo de 36 meses, em três anos letivos, contendo 3.200 horas. O curso seria realizado de forma semipresencial, com atividades presenciais e online. A proposta também deveria contemplar carga horária distribuída em 80% de atividades presenciais (realizadas na IES, em polos e nas aldeias) e 20% de atividades online (Portaria nº 4.059/04). E a carga horária das aulas presenciais deveria ser distribuída entre encontros na IES, em polos de atendimento e nas aldeias, sendo que 40% da carga horária presencial deveriam acontecer na IES. A disputa dos idealizadores do Projeto com a SEE-SP e com os Órgãos Colegiados da Unesp era em relação a esse percentual (40% da carga horária presencial deveriam acontecer na IES). De acordo com nosso depoente, há a necessidade, mais para a Unesp do que para os próprios indígenas, de que estes frequentem com maior assiduidade o espaço universitário.

Mas, problemas políticos no estado de São Paulo geraram a troca da equipe da Secretaria da Educação que negociava a implementação do curso de formação de professores indígenas, em parceria com a Unesp. Devido a isso, em 2014 a SEE-SP recua nas negociações, e a saída adotada pela Universidade foi o oferecimento de um curso de extensão para esses professores.

### **Algumas reflexões parciais**

Em 1996, indígenas de uma determinada comunidade reivindicaram a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo uma escola em sua aldeia. Essa reivindicação gerou, após um levantamento da situação educacional desses povos, ações políticas para a criação de escolas em terras indígenas, e também a transferência das já construídas, sob responsabilidade do Estado.

A construção de escolas e a necessidade de contratação de professores indígenas para essas escolas, já assegurada pela legislação há anos, mas que a partir desse momento seria financiada pelo Governo Estadual, resultaram na necessidade de um curso de formação para esses professores, principalmente para cumprir as exigências do burocrático sistema educacional. Após a abertura do processo de licitação, da consagração da USP como vencedora, e das poucas negociações em relação ao Projeto Base oferecido pela SEE-SP, o resultado do MagIND não agradou os professores da USP que almejavam um Curso em uma perspectiva Intercultural, pensando nas especificidades desses povos. Esse descontentamento, aliado a intenção da SEE-SP em oferecer um curso em nível superior, resultou em um novo curso, o Fispi. Este, como seria certificado pela Faculdade de Educação da USP, possibilitou a esses professores maiores discussões sobre o Projeto, que já visava, diferentemente do primeiro, atividades relacionadas às experiências e ao cotidiano desses professores. Mas esse curso, não supriu toda a demanda indígena por um curso de formação de professores, por isso a Secretaria pensou em oferecer, logo após o Fispi, um novo curso que contemplasse todos os professores indígenas do Estado. Porém, os professores da USP não demonstraram interesse, uma vez que se sentiam com o seu dever cumprido. Em 2013, cinco anos após o término do Fispi, a SEE-SP abriu outro processo de licitação para o oferecimento de um novo Curso de Licenciatura Intercultural, visando suprir a demanda não alcançada pelo Fispi, e, principalmente, a criada nos anos seguintes. Acontece, como já vimos, que os embates políticos ocorridos dentro do Estado resultaram na desistência da SEE-SP em oferecer esse Curso, e que a solução encontrada pela Universidade foi ofertar para os professores indígenas um curso de extensão.

É preciso reconhecer que muitas foram às ações da SEE-SP que caminharam ao encontro das políticas nacionais relacionadas à Educação Escolar Indígena: criação de escolas indígenas autônomas, realização de cursos de formação de professores indígenas, produção de material didático específico, realização das Conferências Estaduais de Educação Escolar Indígena, entre outras. Todavia, é preciso registrar que as iniciativas para a formação de professores indígenas no Estado ainda estão muito aquém do desejado, principalmente pela falta de continuidade, uma vez que o Estado promoveu somente dois cursos de formação intercultural: o MagIND e o Fispi. Em decorrência disso, muitas escolas acabam tendo em seus quadros professores indígenas leigos, quando não, recorrem à contratação de professores não indígenas. Além disso, frente à demanda por cursos de formação de professores indígenas e a empecilhos político-administrativos, as ações da Secretaria da Educação resumem-se à capacitação e cursos rápidos.

## Referências

Fernandes, F. S. (2014). *A quinta história: composições da educação matemática como área de pesquisa*. Tese de Doutorado em Educação Matemática. Rio

- Claro: Universidade Estadual Paulista – Unesp. Retirado em 15 de agosto, 2018, de: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/123819/000831754.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.
- Ferreira, M. K. L. (2001). A educação escolar indígena: um diagnóstico crítico da situação no Brasil. In Lopes da Silva, A. & Ferreira, M. K. L. (Eds.), *Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola* (pp. 71-111). São Paulo: Global.
- Garnica, A. V. M. (2010). Analisando imagens: um ensaio sobre a criação de fontes narrativas para compreender os Grupos Escolares. *Bolema*, v. 23, n. 35A, 75-100.
- Garnica, A. V. M. (2015). Uma Agenda para a História a Educação Matemática no Brasil? *HISTEMAT*, v. 1, n. 1, 104-127.
- Grupioni, L. D. B. (2006). Contextualizando o campo da formação de professores indígenas no Brasil. In Grupioni, L. D. B. (Eds.), *Formação de professores indígenas: repensando trajetórias* (pp. 39-68). Brasília: Ministério da Educação.
- Miguel, A. & Miorim, M. A. (2004). *História na Educação Matemática: propostas e desafios*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Miguel, A. et al. (2004). A educação matemática: breve histórico, ações implementadas e questões sobre sua disciplinarização. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 27, 70-93.
- Secretaria da Educação. (1997). *Resolução SE nº 4/97*. Retirado em 15 de agosto, 2018, de: [http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/44\\_97.HTM?Time=17/02/2014%2000:21:0](http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/44_97.HTM?Time=17/02/2014%2000:21:0).
- Secretaria da Educação. (1999). *Educação indígena em São Paulo: encontro de professores índios e não-índios*. São Paulo: SEE, CENP, 1999. 28 p.
- Secretaria da Educação. (2000a). *Parecer CEE nº 124/00*. Retirado em 15 de agosto, 2018, de: [https://iage.fclar.unesp.br/ceesp/cons\\_simples\\_listar.php?id\\_atos=58022&acao=entrar](https://iage.fclar.unesp.br/ceesp/cons_simples_listar.php?id_atos=58022&acao=entrar).
- Secretaria da Educação. (2000b). *Parecer CEE nº 419/00*. Retirado em 15 de agosto, 2018, de: [https://iage.fclar.unesp.br/ceesp/cons\\_simples\\_listar.php?id\\_atos=58335&acao=entrar](https://iage.fclar.unesp.br/ceesp/cons_simples_listar.php?id_atos=58335&acao=entrar).
- Secretaria da Educação. (2001). *A Escola de cara nova: Educação Indígena*. 2. ed. São Paulo: SE/CENP, 2001.

## Quarto Encontro Nacional de Pesquisa em História da Educação Matemática

Secretaria da Educação. (2003). *Deliberação CEE nº 35/03*. Retirado em 15 de agosto, 2018, de: <[iage.fclar.unesp.br/ceesp/textos/Deliberacoes/533-02-Del-35-Ind-35.doc](http://iage.fclar.unesp.br/ceesp/textos/Deliberacoes/533-02-Del-35-Ind-35.doc)>.

**Sessão Coordenada 10**

*Luzia Aparecida de Souza*

**HISTÓRIA DO PRIMEIRO CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA EM GOVERNADOR VALADARES- MG: UM PANORAMA GERAL**

**Ana Catarina Cantoni Roque, Maria Laura Magalhães Gomes**

**ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO MATEMÁTICA E OS ÚLTIMOS ANOS DE FUNCIONAMENTO DO CURSO DE CIÊNCIA DA FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO JOÃO DEL-REI**

**Paulo Apipe**

**ALGUMAS COMPREENSÕES SOBRE OS PRIMEIROS ANOS DA LICENCIATURA EM MATEMÁTICA A DISTÂNCIA DA UFMS**

**Ana Claudia Lemes de Moraes**